

Jacareí, 27 de setembro de 2025.

Ao
Banco Central do Brasil

Referente: Remessa Demonstrações Financeiras – Resolução BCB nº 367/2024.

Em atendimento ao normativo acima citado, que se refere a remessa eletrônica de Demonstrações Financeiras de publicação obrigatória para fins de constituição da Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional, encaminhamos os documentos a seguir:

Instituição	CECM dos Colaboradores da Cebrace
CNPJ	53.184.438/0001-33
Data Base	06/2025 - Cos9010
Documentos	Relatório da Administração Balanço Patrimonial Demonstração de Resultados – DRE Demonstração Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL Demonstração do Resultado Abrangente – DRA Fluxo de Caixa Notas Explicativas
Data Publicação	27/09/2025
Sítio Publicação	www.credicebrace.com.br

A Diretoria desta Cooperativa se responsabiliza pelo inteiro teor de todos os documentos contidos no meio eletrônico.

Atenciosamente,

Gilberto Luis Mantovani
Diretor Responsável Área Contábil

Marcos Corrá de Oliveira
TC – CRC 1SP180431

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS
COLABORADORES DA CEBRACE
53.184.438/0001-33



RELATÓRIO DA DIRETORIA 2025
1º SEMESTRE

CrediCebrace

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA DIRETORIA – 30/06/2025

1. COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS COLABORADORES DA CEBRACE

A **CECM dos Colaboradores da Cebrace - CrediCebrace**, fundada em 24/10/1983, com 960 associados, atua nas dependências da Cebrace Cristal Plano LTDA com área de ação nas cidades de Jacareí/SP, Caçapava/SP e Barra Velha/SC.

2. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

Este Relatório da Diretoria tem como objetivo demonstrar e/ou evidenciar o compromisso com a transparência e a prestação de contas aos cooperados, empregados, fornecedores, parceiros e demais partes interessadas da Cooperativa.

3. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Ao longo do primeiro semestre de 2025, nosso cooperativismo de crédito enfrentou desafios significativos que demandaram união, clareza e firmeza da nossa governança. Destacamos dois cenários que marcaram este período:

a) A resolução CMN 4966/2021: mudanças relevantes nos conceitos e critérios contábeis para classificação e provisões de risco de crédito. Todas as medidas cabíveis foram tomadas, sob orientação do Banco Central, visando mitigar impactos no resultado da instituição. Reforçamos nosso compromisso com a qualidade da gestão de risco, com transparência e com a continuidade do atendimento aos associados, mantendo a solidez patrimonial e a governança alinhadas aos melhores padrões de supervisão.

b) O advento da MP 1292/2025, agora Lei 15.179/2025 e o impacto do e-consignado: trata-se de um cenário desafiador, sem precedentes para cooperativas independentes, com paralisação de operações de cooperativas singulares em algumas regiões. A Diretoria atuou com firmeza em defesa do cooperativismo, mantendo-se fiel aos nossos princípios, conforme a legislação aplicável, especialmente à Lei nº 5.784/71 (e as políticas que respaldam o cooperativismo de crédito). Trabalhamos para minimizar impactos aos associados, preservando a confiabilidade, a qualidade do atendimento e a imagem institucional.

Nossa resposta a esses meses de dificuldade foi pautada por:

- Governança responsável e tomada de decisões ágeis, com apoio dos nossos órgãos estatutários.
- Transparência com associados, informando possibilidades, riscos e medidas adotadas.
- Proteção do patrimônio, com ações de gestão de risco, solvência e liquidez adequadas.
- Compromisso com os princípios cooperativistas: adesão voluntária, gestão democrática, participação econômica dos associados, autonomia e independência, educação financeira e atuação sustentável.

Reiteramos nossa confiança no futuro do cooperativismo de crédito e no papel essencial das cooperativas como instrumento de inclusão financeira, desenvolvimento local e melhoria da qualidade de vida de nossos associados.

Agradecemos pela confiança, pela parceria e pela dedicação de todos. Seguimos juntos, com responsabilidade, ética e foco no propósito de servir a cada associado com excelência.

4. COMPOSIÇÃO DO ORGÃO DE ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva é composta por 3 membros:

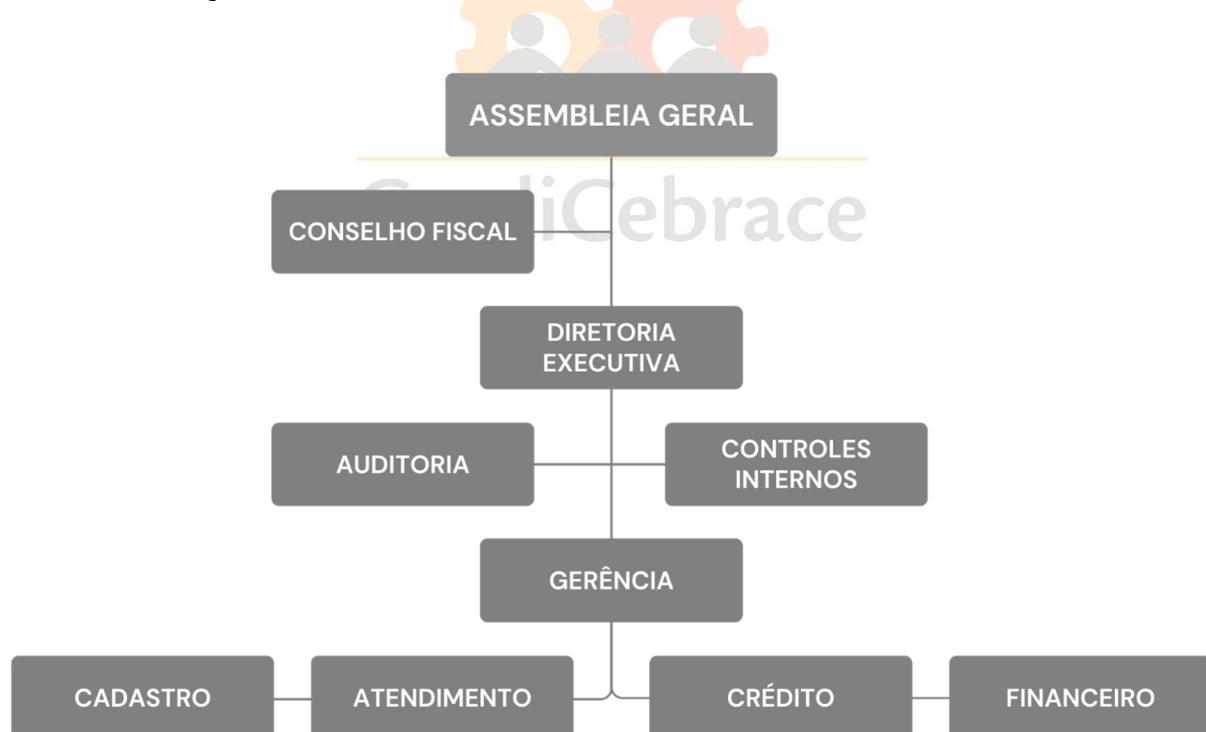
- Gilberto Luis Mantovani – Diretor Presidente
- Fabiana Aparecida de Lima Santos – Diretora Tesoureira
- Marcos Cesar Peloggia – Diretor Secretário

5. COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é composto por 4 membros:

- Zinidir Sposito Prieto – Coordenadora
- Otávio Augusto Correa Camargo – Conselheiro Efetivo
- Simone Moser – Conselheira Efetiva
- Ariane Tidioli dos Reis – Conselheira Suplente

6. COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



7. PERFIL INSTITUCIONAL

- MISSÃO: Gerar soluções adequadas e sustentáveis, por meio da Cooperação, para agregar renda e contribuir com a qualidade de vida dos associados;
- VISÃO: Ser reconhecida pelo associado como instituição financeira cooperativa, comprometida com o desenvolvimento econômico e social em sua área de atuação;
- VALORES: Ética, Respeito, Cooperação, Transparência, Comprometimento e Qualidade;
- NÚMERO DE COOPERADOS: 960 associados;
- CIDADES ATENDIDAS: Jacareí/SP, Caçapava/SP e Barra Velha/SC.

8. EMPRESTIMOS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS

8.1. Volume de Empréstimos Realizados

EMPRÉSTIMOS REALIZADOS		
PRODUTOS	TOTAL/ANO	
	1º Semestre/2025	2024
Empréstimos (R\$)	13.055.345,01 - (694)	22.164.438,79 - (1199)

8.2. Volume de Captação de Recursos Realizados

CAPTAÇÃO DE RECURSOS		
PRODUTOS	TOTAL /ANO	
	1º Semestre 2025	2024
Capital (R\$)	1.328.460,00	2.002.091,00

9. ÍNDICE DE COOPERADOS ATIVOS EM RELAÇÃO AO QUADRO TOTAL DE FUNCIONÁRIOS DA MANTENEDORA

SITUAÇÃO DO COOPERADO	Quantidade de Cooperados	
	1º Semestre - 2025	2024
a) Associados	960	949
c) Funcionários Cebrace	1111	1078
Índice (=a/d x 100)	86,40%	88%

10. GERENCIAMENTO CONTINUO DE RISCOS

A Cooperativa atua de forma independente e implantou e atualiza sistematicamente a estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos conforme determinado pelo órgão fiscalizador.

A Cooperativa, conforme estrutura organizacional, compliance e riscos, mantém atualizado os manuais, regimentos e regulamentos, bem como políticas e normativos internos, os quais encontram-se aprovados pela Assembleia Geral. Em caso de necessidade pode ainda, manter a contratação (sob demanda) de empresa especializada em Cooperativas

de Crédito para desenvolvimento de trabalhos pertinentes ao gerenciamento contínuo de riscos.

A gestão de riscos e de capital da Cooperativa é realizada pela área de controles internos e riscos da Cooperativa conforme estrutura organizacional, com acompanhamento da Diretoria, abrangendo os riscos de crédito, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e gerenciamento de capital e liquidez. As políticas, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos aprovadas pela Diretoria Executiva são compatíveis com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcionais à dimensão da exposição aos riscos da Instituição.

Jacareí, 30 de junho de 2025.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Colaboradores da Cebrace

Gilberto Luis Mantovani
Diretor Presidente

Fabiana Aparecida de Lima Santos
Diretora Tesoureira

CrediCebrace

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- BALANÇO PATRIMONIAL**
(em reais)

ATIVO	Nota	30/06/2025	31/12/2024
CIRCULANTE		6.977.623	8.379.646
Disponibilidades	1.a	6.419	1.765
Depósitos Bancários		6.419	1.765
Títulos e Val Mobiliários	2.b	2.540.163	4.836.722
CDB/Fundos Investimento		2.540.163	4.836.722
Operações de Crédito	4	4.402.860	3.523.928
Operações de Crédito		4.469.001	3.572.836
(-) Provisão Perda Risco de Crédito		(66.141)	(48.908)
Participação Cooperativas	3	17.231	17.231
Outras Participações		17.231	17.231
Outros Créditos		10.950	0
Devedores Diversos		10.950	0
NÃO CIRCULANTE		12.332.892	11.430.568
Realizável a Longo Prazo		12.332.892	11.430.568
Operações de Crédito	4	12.332.892	11.430.568
Operações de Crédito		12.518.694	11.589.247
(-) Provisão Perda – Risco de Crédito		(185.802)	(158.679)
PERMANENTE		50.235	55.816
Imobilizado de Uso	6	50.235	55.816
Moveis e Equipamentos		43.746	43.746
(-) Depreciação Moveis Equipamentos		(10.651)	(8.398)
Benfeitorias Imóvel Terceiros		33.273	33.273
(-) Depreciação Benfeitorias Imóveis Terceiros		(16.133)	(12.805)
TOTAL ATIVO		19.360.750	19.866.030

PASSIVO	Nota	30/06/2025	31/12/2024
CIRCULANTE		361.358	1.936.116
Outras Obrigações		361.358	1.936.116
Tributárias		4.461	83
Cobrança Tributos		4.461	83
Sociais e Estatutárias	7.1	271.917	1.744.464
Fates		271.917	121.917
Dividendos		0	1.622.547
Fiscais e Previdenciárias	7.2	6.393	91.780
IRRF Jrs Capital		0	91.767
Retenções Serviços Terceiros		792	13
Impostos Contr. Sal		5.601	0
Diversos	7.3	78.587	99.789
Provisão Despesas com Pessoal		78.587	99.125
Fornecedores			664
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		18.999.392	17.929.914
Capital Social	8.a	16.725.840	16.432.764
Quotas País		16.725.840	16.432.764
Reservas de Lucros	8.b	1.015.440	876.555
Reserva Legal		1.015.440	876.555
Sobras Acumuladas	8.c	1.258.112	620.595
Sobras Semestre/Exercício Encerrado		1.258.112	620.595
TOTAL PASSIVO		19.360.750	19.866.030

- DEMONSTRATIVOS DE SOBRAS/PERDAS EXERCICIOS ENCERRADOS**
(em reais)

DISCRIMINAÇÃO	1º Semestre 2025	2024	2023
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	1.876.846	3.464.212	3.136.315
Rendas de Operações de Crédito (nota 4.h)	1.705.764	3.109.284	2.655.792
Recuperação de Ativos Financeiros B	6.055		
Títulos e Valores Mobiliários	165.027	354.928	480.524
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(25.919)	(62.554)	-99.167
(-) Operações de Crédito	(74.202)		
Operações de Crédito	48.283		
Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	0	(62.554)	(99.167)
RESULTADO BRUTO INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	1.850.927	3.401.658	3.037.149
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(592.815)	(1.043.861)	(891.300)
(-) Despesas Administrativas	(585.798)	(1.031.106)	(874.466)
(-) Despesas Depreciação	(5.581)	(11.162)	(10.390)
Despesas Tributárias	(1.436)	(3.231)	(3.080)
Outras Rendas Operacionais	0	1.638	1.463
Outras Despesas Operacionais	0	0	(4.827)
RESULTADO OPERACIONAL	1.258.112	2.357.797	2.145.849
RESULTADO NÃO OPERACIONAL			
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.258.112	2.357.797	2.145.849
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Provisão de Imposto de Renda			
Provisão para Contribuição Social			
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO		(40.662)	(34.655)
LUCRO LÍQUIDO OU PREJUÍZO	1.258.112	2.317.135	2.111.194
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	0	(1.732.210)	(2.003.925)
FATES/RESERVA LEGAL	0	(109.517)	(16.090)
FATES - REVERSÃO DESPESAS		145.187	
SOBRAS OU PERDAS LIQUIDAS	1.258.112	620.595	91.179

- DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE** (em reais)

Descrição	1º semestre 2025	31/12/2024	31/12/2023
Lucro Líquido	1.258.112	620.595	91.179
Outros Resultados Abrangentes		0	
Lucro Abrangente	1.258.112	620.595	91.179

- **DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
(em reais)

Eventos	Capital	Reservas de Sobras		Totais
	Capital Subscrito	Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	
Saldo em 31/12/23	15.728.082	803.544	91.178	16.622.804
Movimentações:				
Incorporação de Sobras/Juros				
Por Subscrição/Realização	2.002.091			2.002.091
Por Devolução (-)	(1.297.409)			(1.297.409)
Destinação de Sobras AGO:				
Complemento ao FATES			(91.178)	(91.178)
Reversões de Reservas				
Sobras Brutas (antes Reserva/FATES)			730.112	730.112
Destinação das Sobras ou Perdas:				
Fundo de Reserva		73.011	(73.011)	
FATES			(36.506)	(36.506)
Saldos em 31/12/24	16.432.764	876.555	620.595	17.929.914
Movimentações:				
Incorporação de Sobras/Juros				
Por Subscrição/Realização	1.328.460			1.328.460
Por Devolução (-)	(1.035.385)			(1.035.385)
Destinação de Sobras AGO:				
Complemento ao FATES			(470.595)	(470.595)
Reversões de Reservas				
Sobras Brutas (antes Reserva/FATES)			1258.112	1.258.112
Destinação das Sobras ou Perdas:				
Fundo de Reserva		138.885		138.885
FATES				
Saldos em 30/06/25	16.725.839	1.015.440	1.258.112	18.999.391
MUTAÇÕES 13,59%	293.075	138.885	637.517	1.069.477

- FLUXO DE CAIXA

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
(EM REAIS)

DESCRIÇÃO	1º Semestre	Exercício findo em:	Exercício findo em:
Atividades Operacionais	2025	31/12/2024	31/12/2023
Sobras/Perdas do Exercício (antes da Reserva/FATES)	1.258.112	730.112	107.269
Depreciações e Amortizações	5.581	11.162	9.072
Ajustes Sobras/Perdas do Exercício	1.263.693	741.274	116.341
Títulos e Valores Mobiliários	2.296.559	229.945	(688.769)
Operações de Crédito	(1.781.256)	(1.249.163)	(672.232)
Outros Créditos	(10.950)	-	76
Outras Obrigações	(1.574.758)	- 303.892	190.270
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	(1.070.405)	(1.323.110)	(1.170.655)
Investimentos (Imobilizado)			(75.699)
Inversões em Investimentos			
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	0	0	(75.699)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	1.328.460	2.002.091	1.956.961
Devolução de Capital à Cooperados	(1.035.385)	(1.297.407)	(1.452.034)
Constituição do FATES	(150.000)	(127.684)	(75.805)
Distribuição de Sobras Anteriores	(331.709)	0	0
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	(188.634)	577.000	429.121
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	4.654	(4.836)	(700.892)
Modificações em Disponibilidades Líquidas			
No Início do Período	1.765	6.601	707.493
No Fim do Período	6.419	1.765	6.601
Variação Líquida das Disponibilidades	4.654	(4.836)	(700.892)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024.

(em reais)

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Colaboradores da Cebrace, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 24 de outubro de 1983, atuando como singular independente associada a Federação Nacional das Cooperativas de Crédito - FNCC em conjunto com outras cooperativas singulares. Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/15, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

Tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- I. Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- II. Oferecer formação educacional a seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- III. Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: concessão de créditos.

Apresentação das demonstrações contábeis

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil, sendo nesse sentido, aplicados os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo órgão Fiscalizador.

A diretoria da CrediCebrace autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em julho de 2025. Tais demonstrações foram elaboradas de acordo com as normas regulamentares constantes do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e estão sendo apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis homologados pelo Banco Central do Brasil.

A Resolução CMN nº 4.818/2020, as normas vinculadas e posteriores alterações, estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. As referidas normas, entre outros requisitos, estabeleceram diretrizes, incluindo divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente, abertura dos saldos no Balanço Patrimonial de provisões, depreciações e amortizações, divulgação de

resultados não recorrentes, alterações que não modificam o saldo total desta demonstração, relativos as contas de ativo e passivo.

De acordo com a base contábil de continuidade operacional, as demonstrações contábeis da CrediCebrace são elaboradas com base no pressuposto de que a cooperativa está operando e continuará a operar em futuro previsível. Confirmamos que não temos conhecimento de incertezas significativas relacionadas com eventos ou condições que possam gerar dúvidas sobre a capacidade de a CrediCebrace continuar em operação.

Resumo das principais práticas contábeis

a) Disponibilidades e Relações Interfinanceiras

As disponibilidades e equivalentes de caixa incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

b) Participação em Cooperativas

São representados substancialmente por quotas da FNCC – Federação Nacional das Cooperativas de Crédito e ações Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

c) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados estão registradas a valor futuro, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base nas taxas pactuadas. Taxa média aplicada ao final de semestre representa 1,66% ao mês ou 21,88% ao ano (calculados pelo sistema price).

d) Classificação de Risco de Crédito.

Este relatório apresenta a carteira de crédito da instituição referente ao 1º semestre de 2025, com adoção integral da nova metodologia de classificação de risco de crédito conforme a Resolução nº 4966/2021.

A Instituição está classificada no Segmento S5 sendo adotado o modelo simplificado para provisão de perdas esperadas, com atualização das regras de classificação visando transparência, consistência e compatibilidade com sua natureza e complexidade.

e) Imobilizado

Os móveis, os utensílios entre outros equipamentos, as instalações, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

f) Redução ao valor recuperável de ativos

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 30 de junho de 2025 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

g) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

h) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

j) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

k) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério “pro-rata temporis” e calculados com base no método exponencial.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação. Não foi registro no exercício receitas decorrentes de atos não cooperativos.

m) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- I. eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- II. eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações nas demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2025.

2. Caixa e Relações Interfinanceiras/Títulos e Valores Mobiliários

a) Caixa – Disponibilidades compreendem:

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Saldo Conta Corrente – Bancos	6.419	1.765

b) Relações interfinanceiras/Títulos e Valores Mobiliários

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
CDB Pré Fixado*	1.545.088	1.800.794
Cotas Fundo Referenciado FIC40135*	880.734	1.705.796
Cotas Fundo Soberano*	114.341	1.330.132
Total	2.540.163	4.836.722

*Referem-se às sobras de Caixa aplicados junto ao Banco Itaú S.A com rentabilidade atrelada ao CDI. Aplicações segregadas para observância ao limite de exposição em relação ao Patrimônio de referência (PRs5).

3. Participações em Cooperativas

O saldo é representado por aportes de capital e o recebimento de distribuição de Juros/sobras efetuadas pelo FNCC – Federação Nacional das Cooperativas de Crédito e ações do BANCOOB, conforme demonstrado.

Movimentação de participações:

Descrição	06/2025	12/2024
Ações Bancoob	1.939	1.939
Quotas Capital FNCC	15.292	15.292
Total	17.231	17.231

4. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidades	30/06/2025			31/12/2024
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos*	4.469.001	12.518.694	16.987.695	15.162.083
Provisões Perdas Risco de Crédito	(66.141)	(185.802)	(251.943)	(207.587)
Operações de Crédito	4.402.860	12.332.892	16.735.752	14.954.496

*Observação: Empréstimos consignado Pessoa Física - Cebrace Cristal Plano Ltda: 100%

b) Segmentação de Carteiras e Provisões Perdas Riscos de Crédito (circular BCB 352/2023):

Carteira Classificadas	30/06/2025	% da Carteira
Carteira C3 - Ativo Não Problemático	1.156.682	6,81
Carteira C5 - Ativo Não Problemático	15.721.743	92,55
Carteira C5 - Ativo Problemático	109.270	0,64
Total	16.987.695	100

Provisão Perdas Riscos de Crédito	30/06/2025	% da Carteira
Perda Incorrida	106.891	0,63
Perda Esperada	127.575	0,75
Adicional	17.477	0,10
Total	251.943	1,48

c) Impactos Processo Transição Resolução nº 2682/99 para nº Resolução 4966/21.

Transição Resolução CMN 4966/2021	01/01/2025	% da Carteira
Resultado Transição Resolução CMN 4966/2021	(31.710)	0,21

d) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90 dias	De 91 até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Empréstimos	1.528.907	2.940.094	12.518.694	16.987.695

e) Movimentação da provisão para Perdas – Riscos de Crédito:

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	207.587	193.488
Constituições / Reversões	57.760	62.555
Transferência para prejuízo no período	(13.404)	(48.456)
Total	251.943	207.587

f) Concentração dos principais devedores:

Obs.: Não há registro de grupos econômicos

Descrição	30/06/2025	% Carteira Total	31/12/2024	% Carteira Total
Maior Devedor	109.611	0,65%	113.329	0,75%
10 Maiores Devedores	841.400	4,95%	846.180	5,58%
20 Maiores Devedores	1.586.126	9,34%	1.578.758	10,41%
50 Maiores Devedores	3.574.351	21,04%	3.345.052	22,06%

g) Movimentação de Créditos Baixados como Prejuízo:

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Saldo inicial	133.298	112.658
Valor das operações transferidas no período	13.404	48.456
Valor das operações recuperadas no período	(6.055)	(27.816)
Valor das operações – Outras Baixas		
Total	140.647	133.298

h) Receitas de operações de crédito:

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Empréstimos e títulos descontados	1.705.764	3.081.468
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	6.055	27.816
Total	1.711.819	2.655.792

5. Diversos

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Adiantamentos 13º Salário 2025	10.950	
Devedores Diversos – Associados		
Total	10.950	

6. Imobilizado de Uso

É demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme demonstrado:

Descrição	30/06/2025	31/12/2024	Taxa Depreciação
Mobiliário (*)	43.746	43.746	10%
(-) Depreciação Acumulada	(10.651)	(8.398)	
Benfeitorias Imóvel Terceiros (**)	33.273	33.273	20%
(-) Depreciação Acumulada	(16.133)	(12.805)	
Total	50.235	55.816	

7. Outras obrigações

7.1 Sociais e estatutárias

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
FATES - Resultado de Atos com Associados (a)	271.917	121.917
Juros s/ Capital 2024		1.622.547
Total	271.917	1.744.464

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais e à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos, por 5% das sobras líquidas do ato cooperativo e destinações suplementares deliberadas na AGO. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71. No semestre ocorreu um crédito de R\$ 150.000,00 correspondente as Sobras Líquidas de 2024 conforme decisão da Assembleia Geral Ordinária de 2025.

7.2 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
IRRF sobre Juros Capital		91.767
Impostos e Contribuições sobre Salários	5.601	13
Outras Retenções	792	
Total	6.393	91.780

7.3 Diversas

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Fornecedor	-	664
Provisão para Participações nos Lucros		40.662
Provisão p/ despesas c/ pessoal – Férias/13º Salários	66.946	58.463
Provisão p/ despesas c/ pessoal – (encargos sociais)	11.641	
Total	78.587	99.789

8. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Capital Social *	16.725.839	16.432.764
Associados	960	949
Quadro Funcionários Cebrace	1.111	1.078
% Participação	86,40%	88%

b) Reservas de Lucros

Representadas: Reserva Legal pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10% utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades e Outras Reservas conforme decisão da Diretoria aprovada em Assembleia Geral.

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Reserva Legal	876.555	876.555
Reserva Contingências Normativas *	138.885	
TOTAL	1.015.440	876.555

*Reserva Contingentes Normativos constituída para utilização em possíveis impactos negativos oriundos da Resolução nº 4966/2021. Aprovado pela AGO/2025 sua constituição com destinação de parte das Sobras 2024 – R\$ 170.595,16, com utilização de R\$ 31.709,79 no processo de transição para a resolução 4966/2021.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme o Estatuto Social, as normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

d) Destinações estatutárias e legais

Foram registradas as seguintes movimentações de sobras líquidas do exercício anterior e atual semestre:

Descrição	06/2025	12/2024
Sobras líquidas exercício encerrado	620.595	730.112
Sobras Liquidas 1º Semestre 2025	1.258.112	
Reserva legal - 10%		(73.011)
Distribuição de Sobras 2024 (Crédito Bancário AGO 2025)	(300.000)	
Reservas p/ Contingências (AGO 2025)	(170.595)	
FATES – (destinação aprovada AGO/2025)	(150.000)	(36.506)
Sobras Semestres Encerrados	1.258.112	620.595

9. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e dos membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e se caracterizam basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, aqui exclusivamente com registro de operações de crédito.

Montante das operações ativas e passivas no 1º semestre de 2025:

Montante de operações ativas - Empréstimos	% em relação a carteira total
260.621	1,53%
Montante de operações passivas – Capital	% em relação ao PL
519.936	2,74%

10. Gerenciamento de Risco

10.1. Risco operacional

- a) As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva. A partir da desfiliação do Sistema Sicoob passou a ser desenvolvidas ferramentas exclusivas com apoio da FNCC, para gestão do risco operacional. Ressalta-se ainda que a Instituição se enquadra no seguimento S5.
- b) O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
- c) As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.
- d) Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva.
- e) A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

10.2. Risco de Mercado e de Liquidez

- a) O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos.
- b) Conforme preceituam os normativos legais do CMN aplicáveis ao seguinte S5, a Cooperativa a partir da desfiliação do sistema Sicoob passou a ser desenvolvidas ferramentas exclusivas com apoio da FNCC, para gestão do risco de mercador e de liquidez.
- c) No gerenciamento dos riscos de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento

de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

- d) No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.
- e) Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

10.3. Risco de Crédito

- a) O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.
- b) Conforme preceituam os normativos legais do CMN aplicáveis ao seguinte S5, a Cooperativa a partir da desfiliação do Sistema Sicoob passou a desenvolver ferramentas exclusivas com apoio da FNCC, para gestão de risco.
- c) Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

10.4. Gerenciamento de capital

- a) A estrutura de gerenciamento de capital da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída pelo órgão fiscalizador.
Conforme preceituam os normativos legais do CMN aplicáveis ao seguinte S5, a Cooperativa a partir da desfiliação do Sistema Sicoob passou a serem desenvolvidas ferramentas exclusivas com apoio da FNCC, para gerenciamento de Capital.

11. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em 30 de junho de 2025.

Descrição	06/2025	12/2024
Patrimônio de Referência – PR	18.999.392	17.929.914

12. Contingências Passivas

A cooperativa não possui reclamatórias de natureza trabalhista, tributário ou cível, bem como, demais passivos contingentes que possam impactar os registros contábeis relativos ao 1º semestre de 2025.

13. Resultado não recorrente

No semestre em evidência, não incorreu em qualquer “Resultado não recorrente” que requeresse divulgação em separado em suas demonstrações financeiras.

Jacareí, 30 de junho de 2025.

Gilberto Luis Mantovani
Diretor Presidente

Fabiana Ap. de Lima Santos
Diretora Tesoureira

Marcos Corrás de Oliveira
TC - CRC nº 1SP180431

